Berna RESTAURANTE
Agende seu almoço no Centro Histórico com classe e requinte.
Largo Visconde de Cairú, 17 - Centro Histórico
Porto Alegre - Reservas: 3286-7577



ROGÉRIO MENDELSKI
rogerio@radioguaiba.com.br

Meirelles na moita

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, é um burocrata de alto coturno, mas nunca deixou de sonhar com a política, de preferência no Poder Executivo. Hoje, em meio a uma crise sem precedentes em nossa história pós-Constituição de 1988, Meirelles não se sente atingido pelo vendaval que assolou o Palácio do Planalto, mas, ao contrário, ele até alimenta alguma possibilidade de disputar a Presidência da República no próximo ano.

Ninguém pode negar que a economia nacional, ainda que timidamente, começa mostrar sinais de uma frágil recuperação depois do caos dos dois últimos mandatos de Dilma Rousseff, e é aí que Meirelles aparece como o responsável pela política econômica do governo de Michel Temer.

Para ele, a economia começou a entrar numa fase de crescimento sustentável, diferente do que ocorreu nos governos petistas que apostaram em "injeções artificiais de crédito" que funcionavam apenas temporariamente. Falando assim, Meirelles tenta se afastar do passado recente e de um sistema de governo do qual ele fez parte como presidente do Banco Central nas duas administrações de Lula, passando para a iniciativa privada como presidente do Conselho de Administração da J&F (*holding* do Grupo JBS) e, também, como membro do Conselho de Administração da Azul Linhas Aéreas Brasileiras.

Qual seria, então, o projeto político de Henrique Meirelles, que já teve uma experiência eleitoral exitosa quando foi o deputado federal mais votado em Goiás, na eleição de 2002, pelo PSDB, com 183 mil votos, só não assumindo na Câmara porque Lula o convidou para assumir o Banco Central e lá ele ficou de 2003 a 2011?

Henrique Meirelles está filiado ao PSD desde outubro de 2011 e seu projeto de ser candidato a presidente no próximo ano tem o apoio integral de todo o empresariado brasileiro, com destaque para o setor dos grandes bancos, por onde transita com intimidade por ter sido presidente mundial do Banco de Boston, depois da fusão com o Fleet Financial Group.

Não duvidem, portanto, do nome de Henrique Meirelles para presidente se a inflação for controlada como está agora e com a possibilidade da queda do desemprego. Ele não está contaminado pelo descrédito da classe política e dela mantém-se afastado. Promover o seu nome ainda desconhecido da maioria do eleitorado não será tarefa difícil com o apoio que terá de quem realmente domina este país – os bancos e os empresários com muito dinheiro para gastar.

Dois projetos

Saíram da cabeça de Henrique Meirelles as duas reformas em discussão hoje no Congresso Nacional: Previdência e trabalhista. Caso sejam aprovadas, Meirelles cresce junto à classe média sem emprego público e junto ao empresariado brasileiro.

O discurso

Se decidir concorrer, Henrique Meirelles irá se apresentar como um candidato desvinculado do tradicional perfil do político brasileiro, mostrando-se ao eleitorado como um administrador que sabe lidar com as finanças públicas, tendo no currículo o seu prestígio no mundo financeiro mundial.

Fachin não vai depor (1)

O deputado Rodrigo Pacheco (PMDB-MG), presidente da CCJ da Câmara, arquivou o pedido de explicações feito pelo colega Fausto Pinato (PP-SP) para ouvir o ministro do STF Edson Fachin.

Fachin não vai depor (2)

Fausto Pinato queria ouvir o ministro Edson Fachin para que ele explicasse sua relação com Ricardo Saud, diretor da JBS. Segundo Rodrigo Pacheco, ouvir o ministro na CCJ não "seria o meio mais adequado para isso".

Água fria

Tem razão o deputado Rodrigo Pacheco em arquivar o pedido para ouvir o ministro Edson Fachin. Em tempos de relações sensíveis entre o Judiciário e o Legislativo em suas instâncias superiores, o clima poderia ficar ainda mais fragilizado.

MOREIRA MARIZ / AG. SENADO / CP



Tucano teve o nome apagado do painel de votações do plenário do Senado

SENADOR AFASTADO

Aécio mantém salário básico

Eunício disse ao STF que Aécio perdeu a verba de gabinete e carro oficial, mas ficará com salário

O Senado comunicou ontem ao Supremo Tribunal Federal as medidas adotadas em relação ao senador Aécio Neves (PSDB), afastado de suas funções por decisão do ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato na Corte. De acordo com o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), o nome de Aécio não está mais no painel da Casa, e o tucano perdeu o direito à verba de gabinete e ao uso do carro oficial. Mas, mesmo afastado, Aécio terá a remuneração mantida, mas com descontos pelas ausências nas sessões deliberativas. Com isso preservará parte do salário-base de R$ 33,7 mil.

Eunício alega que as medidas foram tomadas em 18 de maio, mesma data de afastamento de Aécio por decisão liminar do ministro Fachin. Ontem, o Senado também apagou o nome do tucano do painel de votações do plenário e passou a identificar o senador como "afastado por decisão judicial" no site oficial do órgão.

É a primeira vez que o Senado torna públicas as medidas que tomou em razão do afastamento de Aécio. Até a última terça-feira, o presidente do Senado, assim como a Mesa Diretora da Casa, não haviam sido claros sobre quais seriam as limitações do afastamento de Aécio.

Na segunda-feira, o Senado publicou nota em que dizia que cabia ao STF esclarecer o que caracteriza o afastamento do senador. A posição foi vista como forma de enfrentamento à decisão judicial e criticada pelo ministro Marco Aurélio Mello, relator do processo sobre Aécio no STF. Ontem, Eunício se encontrou com Mello para apresentar as providências já tomadas em relação ao senador tucano. Mais cedo, Mello havia feito críticas à demora do Senado para atender às determinações do Supremo.



POSTAGEM EM REDE

Janot reforça pedido de prisão

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, utilizou postagem do senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG) em rede social para reforçar argumentos do pedido de prisão do tucano. No dia 30 de maio, Aécio publicou foto de reunião com os senadores Tasso Jereissati, Antonio Anastasia, Cássio Cunha Lima e José Serra. "Na pauta, votações no Congresso e a agenda política", escreveu Aécio.

"A despeito da suspensão do exercício das funções parlamentares, decretada judicialmente no âmbito dessa Ação Cautelar, Aécio Neves continuou exercendo suas funções, conforme reunião divulgada por ele mesmo em redes sociais no dia 30/05/2017", disse Janot. Janot afirmou que Aécio faz "uso espúrio do poder político".

MINISTROS DO STF

Lula propõe mudar critérios

Em meio aos debates sobre os limites de atuação dos poderes, o ex-presidente Lula defendeu ontem mudanças no critério de escolha dos ministros do Superior Tribunal Federal (STF). Em entrevista à Rádio Difusora, de São Luís (MA), o petista ainda defendeu a "harmonia" entre as instituições do país.

Embora negue que os presidentes tenham influência sobre os ministros que indicam ao STF, Lula acredita que "o critério está errado" e sugeriu que seja criado colegiado responsável pela formação do tribunal e seja debatido o tempo de mandato. "Não pode uma pessoa entrar com 35 anos e ficar até os 75 exercendo o cargo no STF", disse. Desde o fim da ditadura, Lula foi o presidente que mais indicou ministros ao STF, com oito magistrados recomendados.

IMPEACHMENT DE TEMER

Mais uma ação é protocolada

O Sintrajufe/RS, juntamente com outras 16 entidades que compõem o Fórum Gaúcho em Defesa da Previdência, protocolou ontem novo pedido de impeachment de Michel Temer (PMDB). O pedido é o vigésimo a tentar a saída de Temer do cargo de presidente da República.

A novidade da nova ação é a inclusão do entendimento de que o decreto de Temer dando poder de Polícia ao Exército, há cerca de um mês, quando de manifestações públicas contra as reformas, em Brasília, tratou-se de crime de responsabilidade. O pedido de impeachment foi protocolado com apoio dos deputados. Glauber Braga (PSol), Wellington Prado (PMB), Dionilso Marcon (PT), Alessandro Molon (Rede) e Henrique Fontana (PT).